

ALVORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 275 do 6.º Ano—N.º 25

Editor, Abel de Vasconcelos Cardozo

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da Republica

Guimarães, 14 de Março de 1916

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesse

Ponto final

Vimos cumprir a nossa palavra. A *Alvorada* completa hoje cinco anos e meio de vida e com eles fecha o ciclo da sua existência. O nosso estado de alma, ao anunciar o expirar do prazo fatal, é o mesmo de há dois meses. Então, nós dissemos aqui, por modo que nos compreendessem e nos ouvissem:—*Ou nos arrebatam da mão esta caneta com que escrevemos, ou nós a arremessamos fora na melhor oportunidade.* Não se decidiram pela primeira condição; restava-nos a nós adoptar a segunda. Inteiramente dentro da lógica, integralissimamente na posse plena duma vontade. Vontade perfeita? Não. Foi preconcebida dum mal sem remédio, e, por isso, nos faz tristeza a sua efectivação. Acabar o jornal, para nós, é um sacrifício—o sacrifício da abstinência, da inacção, quando a consciência da crua realidade tanto nos incita a lutar! a lutar! Para quem possui energia combativa, alma combativa, ter de cruzar os braços perante o adversário—é o cúmulo. Melhor calhava ao nosso espírito e ao nosso orgulho a continuidade da *Alvorada*. Bem melhor—para nós, que era o complemento do nosso eu; para a República, que era seu reduto inexpugnável. Mas é forçoso que acabe... que bebamos da taça o amargo trago.

Porque termina a *Alvorada*? Porque assim é fundamentalmente preciso. Outro jornal, porventura outro mais ansiado e apeteçido, surgirá após a queda da *Alvorada*. Isso se impõe, já agora, como obra necessária. Tal é o que cumpre fazer áqueles que, dentro da República e dentro do partido, tantas vezes acusaram a *Alvorada*. A esses cumpre agitar o gládio novo, o gládio coruscante. Não é de presumir ou de esperar coisa

diversa, e nessa confiança deixamos passar o novo paladino da causa, afirmando-lhe as nossas homenagens de vencido. Se coisa diversa acontecesse, cometia-se uma vilania.

Pois quê? Seria lá possível que durante cinco anos e meio se não desse um estímulo, um esforço, um reconhecimento nobre e justo à *Alvorada*, e que alfim desse largo e canceiroso período não lhe concedessem, ao menos, a satisfação dum digno sucedâneo na imprensa? Mais ainda: Seria lá possível que durante cinco anos e meio outra coisa não dispensassem à *Alvorada* senão desánimos e injúrias, despeitos e facadas, e que alfim desse aborrecido desconcerto, em que se asfixia de tédio e se envelhece de cansado, não lhe dessem, ao menos, a glória mesquinha de lobrigar, através as brumas mortuárias deste jornal, outro jornal? Não pode ser, positivamente não será! A *Alvorada* vai à cova com a certeza de que sobre as suas cinzas vão crepitar incêndios. Os válidos vão pôr-se à prova. Deixemo-los passar.

Eis porque se fina a *Alvorada*. Nem apertos no cofre da sua administração, nem negas no rol da sua assinatura. Apenas se deixa emular ao prazer dalguns dos seus mais ardidos irmãos de armas. Assim o querem, assim o teem. É que, saibam isto quantos nos estranhem: luta-se sem cansaço e sem temor contra todas as arremetidas adversárias; luta-se sem tibiesas nem esmorecimentos contra todas as hostilidades inimigas; mas não se luta de igual modo comtra os próprios que infleiram no mesmo partido, que estão ombro a ombro conosco, que teem, ou se presume que devam ter, o mesmo ideal e a mesma fé por escudo

de batalha. Quando a discordância assenta arcaicos entre soldados da mesma avançada, um dever e uma obrigação se impõe reciprocamente entre eles: distribuirem-se posições onde todos se sintam á vontade. Como se vê, pois, não se trata duma deserção. Trata-se apenas dum entendimento. Devia, era melhor que este tivesse sido combinado num cavaco de bons amigos. Adiante, noutro lugar, se verá que não desprezemos esse processo: simplesmente as circunstâncias não são sempre as mesmas para que não haja o direito legal de se alterarem.

¿O que tem sido a *Alvorada* como jornal republicano? Por nossa fé juramos que jámais trocamos a grandeza dos princípios ás baixas e estultas conveniências do partido. Ordenhamos, todavia, inutilmente a teta dos princípios, pois que ela, pelo visto, já não dá, como outróra, alimento que bem nutra e sacie. O mel rosado das doutrinas democráticas apenas serve, quando muito, para untar o lábio grosso dos pacóvios. Hoje em dia, salvo seja, o paladar é outro, outro tem, pelo visto, de ser o cozinhado. Simplesmente a nossa mão estragava o refogado, indo contra esses paladares.

Mas não entoemos psalmos de Jeremias. Os fortes barões das virtudes partidárias aconselham-nos, por certo, a que não choremos—e nós não choraremos, e nós não carpiremos. Simplesmente guardamos em cofre de ouro uma lágrima e uma saúdade—como bem diria um poeta se connosco desabasse da mesma torre de marfim.

E tudo isto por culpa dos sem-vergonha, dos sem-carácter. ¿Quem gerou esta crise de lodo moral? A política monárquica e a cartilha do jesuíta. Tenham paciência os seus prosélitos e os seus esteios, mas é dos factos, é da história. A corrupção alastrou. Venha uma geração nova e depure, e lave a atmosfera. Há miasmas no am-

biente da política portuguesa, da sociedade portuguesa. A farça armou em lábaro agosto. Isto dito, acrescentemos e acentuemos: que nem porisso deixou de valer a pena fazer a República, que nem porisso descremos na ificácia saneante da República. De vagar? Sim. Mas lá iremos. A República fêz-se para ser precisamente o antidoto deste poluir da carcassa nacional. Dentro dela, da República, o povo já vai tomando o lugar que lhe compete, e será o povo—óh, não tenham dúvidas!—que fará o grande milagre da sua ressurreição.

Entretanto, não nos lamentem amigos, nem nos aplaudam adversários. O nosso acto não tem o carácter duma abdicação, nem o efeito duma transigência. Apenas cedemos o passo aos que, por certo, melhor do que nós, saberão fazer um jornal. A *Alvorada* por vezes era desafinação, era *fifia* na orquestra partidária.

O que restava fazer? Desviarmo-nos, deixando passar os... obreiros. Nada mais correcto, nada mais disciplinar.

E agora? Reuna a igreja partidária os seus fieis ou recolham os seus pontífices mores em conclave—, e deliberem. Para nós está escolhida a posição: pulso livre, condição livre. A seára não ficará sem o nosso esforço e sem a nossa sementeira... embora cáia sobre terra adusta e má. Por consolação teremos, todavia, vendo a dos outros germinar, crescer, dar loira messe. Será isso prova de que o erro é nosso, de que somos nós quem tem de arripiar caminho.

Tal é, senhores, porque a *Alvorada*, repetindo de Nelson a frase bélica, exclama, deixando passar os esforçados paladinos:—**«Cumpra cada um o seu dever!»**

Tal é, senhores, porque, na hora rútila da vida, como na hora crepuscular da morte, o grito da *Alvorada* é o mesmo sempre, inalteravelmente sempre o mesmo:—**Viva! viva a República!**

A. L. de Carvalho.

Viva Portugal!

A Alemanha dirigiu um cartel de desafio a Portugal. Estamos, pois, em guerra com o imperialismo germânico, estamos, pois, em guerra com a caserneira Alemanha. ¿Fomos nós que o quizemos? Não. A uma nação pequena e pobre, como a nossa, só a neutralidade convinha. Não é, porém, neutro quem quer, mas apenas quem pode. Portugal manteve essa desejada neutralidade até ao momento em que foi chamado a cumprir os seus deveres de nação aliada da Inglaterra. Compreende-se, deste modo, que não há da nossa parte insensatez, fanfarronada. Há apenas dignidade, brio, respeito pelos tratados.

A requisição dos barcos alemães, surtos nos nossos portos, foi um acto legal, previsto pelas leis internacionais. A Itália fêz o mesmo, e a Alemanha não declarou guerra á Itália. A requisição não só nos era imposta pelas medidas de salvação pública, como nos foi aconselhada pela Inglaterra. Deviamos recuar? Não deviamos; nenhum interesse superior da Pátria no-lo indicava.

Com este fundamento e com outros chocados na atrevida imaginação da diplomacia alemã, Portugal entrou na beligerância. Pelo coração e pelo espírito, desde o princípio da guerra que estavamos com a causa dos aliados. Hoje, abertamente batendo-nos a seu lado, a sua sorte será a nossa. Vencer ou morrer é a divisa dos seus soldados; vencer ou morrer será a nossa divisa. E' cruel isto? Sem dúvida. Mas bem mais cruel, bem mais duramente cruel seria viver sem honra.

Podéssemos contudo desviar dos lábios angustiados da Pátria este cális de armadura, e nós, alegres e ditosos, o fariamos. Seria todavia uma indignidade que o fizéssemos por medo, por cobardia. E Portugal jámais oferecerá ao mundo exemplo tam humilhante e desprezível. Seja fiador disso o seu passado.

Há para aí quem faça essa propaganda em obediência a uma política refalsada e má. Propaganda de almas pusilânimes, torna-se preciso metê-los na ordem. O momento não póde comportar tibiesas nem complacências. A hora é de acção—acção comum, sacrifício comum. Quem não fór por nós, é contra nós. Há quem premedite fugir? Embarguem-lhe os passos. Há quem provoque á deserção? Inu-

tilize-se os propósitos. É dura a sorte, é dura a lei; mas é da própria condição da guerra ser humano sendo duro. O que não faz sentido é deixar livre o piar agoirento dos morcegos—dêsses que desculpam, ao modo da nota alemã, os agressivos cometimentos de Naulila e o torpediamento de barcos portugueses, como se súbditos do Kaiser fôssem.

Não pôde ser! O exemplo dos partidos da República foi um nobre acto político. Não há hoje, perante a gravidade do estado de guerra em que Portugal se encontra, divergências partidárias. Imite e aproveite a lição—que são todos, todos quantos sentem nas veias sangue português.

Quem seguir caminho diverso—é um traidor.

Mais uma vez, para conhecimento dos leitores da *Alvorada*, publicamos aquelas cláusulas do secular tratado de aliança entre Portugal e a Inglaterra, e em obediência ás quais o nosso país não podia ser neutro, por muito que o desejasse o nosso pacifismo, por muito que isso conviesse nos nossos interesses.

VII—Se as terras de uma das partes aliadas forem invadidas por inimigos ou emulos, ou éstes tentarem, maquiarem ou parecerem, por qualquer modo, próximos a offende-las ou invadi-las, deverá a outra parte, quando para isso solicitada, enviar auxilio de homens, de armas, navios, etc., para defeza dos territórios na Europa da parte atacada ou em outros quaisquer domínios desta, contra que se preparem invasões.

VIII—Se quaisquer conquistas, ou colónias duma das partes aliadas, forem offendidas, ou invadidas por inimigos, ou éstes tentarem, imaginarem ou parecerem, por qualquer modo, próximos a offende-las deverá a outra parte, quando para isso solicitada, enviar auxilio de homens, armas, navios, etc., para defeza dessas colónias, ou para a sua recuperação quando perdidas.

IX—Se a Espanha ou a França quizerem fazer guerra a Portugal nos seus territórios do continente da Europa, ou nos seus outros domínios, a Grã-Bretanha interporá os seus officios para que se conserve a paz, e, não o conseguindo, enviará tropas e navios, que combatam por Portugal.

Officina de S. José

Pedia esta novel instituição de beneficência à autoridade administrativa o empenho dos seus bons officios para que pelas instâncias superiores lhe fosse concedido o edificio do extinto recolhimento das Capuchinhas. Esta autoridade prometteu secundar a justa pretensão da Officina de S. José, estando nós certos que a simpática instituição ali virá a ser instalada, como muito convém.

Por mais de uma vez aqui nos temos referido à conveniência de o alludido edificio e terrenos anexos serem utilizados na instalação dum asilo officina para rapazes pobres. Tendo depois disso surgido a fundação da Officina de S. José, cujos fins são idénticos, resta patrocinarmos com empenho a sua concessão à nobel instituição vimaranense, pois só com uma instalação apropriada, como ali pode ter, se poderá levantar ao seu desenvolvimento e ao seu progresso.

Os terrenos que estão anexos ao edificio serviriam admiravelmente para nelles fazerem os pequenos internados úteis ensaios de aprendizagem agricola e jardinagem, constituindo, além disso, uma excellentes recreatórios para os mesmos,—a quem cumpre tonificar os pulmões, oferecendo-lhes recreio e lições ao ar livre.

Para a festa da Páscoa projecta uma comissão de damas e cavalheiros, desta cidade, realizar um sarau no Teatro D. Afonso Henriques em benefício da Officina de S. José. A peça que se propõe levar à scena dizem-nos que será «Envelhecer», de Marcelino de Mesquita—nóvel trabalho que só demanda duma ditta e interpretação primorosa para que se considere uma peça bem acolhida.

Não faltam, de resto, elementos de reconhecida competência técnica entre o distinto grupo que se propõe promover o loucedel sarau de caridade, e é pois de esperar que esta tenha lugar, como se anuncia, para a próxima festa da Páscoa—tanto mais que d'esse «foliar» carece a simpática e carinhosissima instituição vimaranense.

Uma voz... no deserto

Documento que prova ter desejado a *Alvorada* evitar a desagradável prosa do seu artigo editorial de hoje.

Voz clamando no deserto, ninguém lhe deu ouvidos, no espirito de ninguém fêz eco. Repetimo la mais tarde, mas com resultado igual.

Por isso nós dizemos noutra lugar que não despresamos as boas normas.

Veja-se:

Digno Presidente da Comissão Municipal Republicana

Tem publicação semanal e regular, nesta cidade, desde 1910, um jornal chamado «*Alvorada*», filiado no Directório do Partido Republicano Português e, consequentemente, tribuna de opinião dêsse mesmo organismo partidário neste concelho. Não sabe o seu director se o referido semanário satisfaz ou não os superiores interesses dêsse Partido, neste concelho, pela exclusiva, única e séria razão de que nunca dum modo directo e official lho deram a saber. Consta-lhe, todavia, que, há dias, se realizára uma reunião e se tentaram várias demarches no sentido de fundar-se nesta cidade um novo jornal, sendo determinada esta resolução official no facto de a citada «*Alvorada*» não agradar, e não agradar por ser... pouco enérgica, não correspondendo, vibrante e forte, ao iracundo e dissolvente regateirismo da imprensa monárquica local.

Não querendo discutir nem antepôr argumentos a este parecer e resolução official, apenas o signatário vem oppor-lhe este reparo:—*E' que lhe não tivesse sido feita comunicação pessoal por esses elementos officiaes do Partido.*

Se desta maneira correcta e lial a comissão, a que vós presidis, houvesse procedido para com a pessoa do director e proprietário da «*Alvorada*»—o único jornal do Partido neste concelho desde 1910—fíca certo, e todos os dedicados correligionários da comissão, que esse acto teria sido para o signatário, não motivo de reparo, mas simplesmente ensejo para, sem hesitações, assim por esta forma ter respondido:

a) Se o jornal, de que sou director e proprietário, não agrada por falta de vigor combativo, ou cisa parecida, isso se deve exclusivamente ao facto de nunca me ter chegado à redacção, traduzido em artigos, ecos, locais e noticias, o tal vigor combativo dêsse que se encontram agora, pelo visto, aptos, fortes e decididos a imprimir esse vigor a um novo jornal em projecto;

b) Se, contrariamente à razão exposta, o desagrado deriva, não da falta de... Emulsão, mas antes dos processos e linguagem da «*Alvorada*», então só tenho a declarar que esses processos e essa linguagem são produto do seu espirito de independência, da minha educação e do meu temperamento, qualidades estas de que em caso algum abdicoo nem a nenhum poder ou vontade estranha subordinoo;

c) A despeito dêsste meu livre e claro modo de agir e proceder, estou firmemente disposto a ceder a outrem a direcção e propriedade do meu semanário «*Alvorada*», naquele momento e dia em que assim o entenda e queira a direcção do meu Partido, esperando simplesmente que essa indicação me seja feita pelos processos mais consentâneos à conservação da unidade, disciplina e interesses partidários, antecipando-me a declarar, do modo mais formal e categorico, que não guardarei agravos ou ressaivos pelo facto da minha substituição, antes prometo ajudar dentro dos

meus recursos, das minhas aptidões e da minha fé republicana a continuidade do referido órgão depois de entregue a outras mãos;

d) Finalmente, diria mais: enquanto que essa indicação me não for dada pelos meios legais e de consideração, a que aliaz me julgo com direito pelo desinteresse, perseverança e lialdade que de sempre e desde longe venho dispensando a causa da República; enquanto não houver esse procedimento para comigo, continuarei a dirigir, embora como até aqui desajudado, essa «*Alvorada*» apagada e sem brilho, até àquella oportunidade em que por bons exemplos me convença que ela se tornou sacrificia estéril, nullo, inglório.

Saúde e Fraternidade
Guimarães, 7 de Maio de 1915
A. L. de Carvalho.

Cantina Escolar Vimaranense

Balancete mensal do estado financeiro da Cantina, relativo a Fevereiro findo, alinea f) do artigo 5.º dos Estatutos:

Recetta.	
Saldo de Janeiro	1.529\$97
Do cobrador	3\$90
Total da receita.	1.533\$87
Despesa.	
Import. de pão de milho	17\$19
Idem do pão de trigo	2\$22
Pago a mercearia	8\$89,7
Imp. de farinha de pau	7\$77
Despesas miudas diárias da cozinha	14\$23
Ordenado da cozinheira	2\$76
Idem da servente	1\$84
7% ao cobrador	7\$27,5
Total da despesa.	48\$18,2
Saldo que passa para o mês seguinte, sendo 1.450\$00 na caixa económica	1.485\$68,8

O TESOUREIRO,
L. A. de Pina Guimarães.

DE PORTA EM PORTA

Uma esmoia para as orfãs DO Asilo de Santa Estefânia!

O carnaval profano e folião sugere, dá por vezes pretextos generosos e magnificos para beneficio dos pobresinhos. Desta vez, entre nós, afirmou-se a simpatia dos corações por uma das mais carinhosas instituições que esta terra agasalha em seu seio—o *Asilo de Santa Estefânia*. Um grupo de jovens senhorinhas, filhas de distintas familias desta cidade, vieram á rua em trages do caracter regional de Viana, —tam bizarro e policromo travesti como graciosas e frescas as figuras que o ostentavam.

A colheita amealhada de porta em porta, num acolhimento cristão e sublime, teve o êxito de contar algumas centenas de escudos, realizando-se por esta maneira alegre e emotiva uma fraternal tarefa que, deixando a todos bem impressionados, ás pobres orfãs do Asilo levará uma jornada de sol reanimador para a continuação da grande obra de bondade da simpática instituição vimaranense.

Beijamos as mãos ás gentis meninas cujos nomes aqui se registam, pelo mérito da sua canceirosa jornada e pela graça e enlevo que espalharam:

D. Maria Ernestina de Faria Martins, D. Maria Terêsa de Faria Martins, D. Maria Arminda Amaral, D. Maria Ernestina Amaral, D. Maria do Céu Teixeira, D. Eulália Freitas, D. Maria Adelaide Pinto Dias do Castro, D. Maria do Carmo Pinto Dias do Castro, D. Ana Mendes Fernandes, D. Maria da Conceição Ribeiro Carvalho e D. Maria do Carmo Ribeiro Carvalho.

A ASSISTENCIA ESCOLAR E O ANALFABETISMO

500 crianças fora da escola, só na cidade!

Uma proposta destinada a resolver o problema

No intuito de fomentar o desenvolvimento e assiduidade das crianças ás Escolas Centrais, desta cidade, criou-se, em 1912, a Cantina Escolar Vimaranense, instituição que além de outros actos de assistência, acolhe no seu seio 130 crianças pobres, ás quais distribui gratuitamente uma refeição em todos os dias de exercício escolar.

Decorridos são já quatro anos após a sua instalação junto das referidas Escolas Centrais, e tempo é, pois, de verificarmos quais tenham sido os seus resultados sob o ponto de vista do problema analfabético—isto é, cumpre saber se o beneficio da Cantina tem ou não contribuído para atrair á escola maior número de crianças.

Vejamos: No ano lectivo de 1911-1912, ou seja, no ano anterior á instalação da Cantina Escolar, a matrícula, em ambos os sexos, foi de 431 alunos; e no ano lectivo de 1914-1915, ou seja, após três anos decorridos desta experiência, a matrícula é de 327 alunos—baixando portanto a matrícula 104 alunos!

Ainda mesmo quando a baixa de matrícula, no ano lectivo de 1914-1915, se houvesse de filiar em circunstâncias derivadas da deslocação do pessoal docente das duas escolas ou em outras circunstâncias ocasionais de ordem interna, ainda assim, comparando o número de matrícula em anos lectivos normais, deparamos com este resultado:

1911-1912 sem Cantina	431 alunos
1912-1913 com "	412 "
1913-1914 " "	433 "

Quer dizer: Por este quadro, forçoso é concluir-se que a carinhosissima instituição nenhuma vantagem trouxe até hoje á instrução, sob o ponto de vista do combate ao analfabetismo, pois não conseguiu chamar, atrair á escola aquelas crianças pobres que deploravelmente andam fora dela.

E se este é o resultado encontrado quanto ao registo de matrícula, vejamos por sua vez se a situação se modificou quanto ao registo de frequência:

1911-1912 sem Cantina	259 alunos
1912-1913 com "	245 "
1913-1914 " "	238 "
1914-1915 " "	290 "

Não há, como neste quadro se patenteia, relativamente, mais assiduidade na frequência. Se buscarmos a percentagem desta na proporção da matrícula, vemos apenas que melhorou no 2.º e 3.º ano de Cantina; mas tam pouco sensível se deve considerar essa vantagem que ela não compensa a diferença do 1.º e 4.º. Torna-se, por consequência, necessário combater as causas dêsste mal, para que errada e fu-

nestamente se não estabeleça a afirmação de que a Cantina Escolar não traz nenhuma vantagem contra o analfabetismo. A esses, que em virtude dêsstes algarismos e das nossas próprias palavras ousem tirar semelhante conclusão, queremos fazer-lhes salientar este facto tirado da sua crua e flagrante realidade: *Todas as crianças pobres que há 4 anos vem recebendo o beneficio da Cantina, anteriormente, na sua grande maioria, apenas se alimentavam dum pedaço de borã que conduziam para a escola, e alguns, tristissimo é dizê-lo, nem isso por vezes tinham!* (1)

Mas não são exclusivamente os aspectos de vantagem fisiológica para a criança, de vantagem económica para os pais e de vantagem affectiva para os nossos corações, aquêles que visa a generosa, a simpática, a altruista instituição chamada Cantina Escolar Vimaranense. Urge, como já atraz dissemos, chamar, atrair á escola as muitas crianças que andam fora dela.

Qual é esse número?

Segundo o censo de 1915 existem nas três freguesias da cidade 1.017 crianças em idade escolar, assim divididas:

Oliveira	464
S. Sebastião	386
S. Paio	178
Total	1.017

Se, pois, o número das crianças que actualmente se encontram matriculadas nas Escolas Centrais é de 327, pergunta-se: *¿Estarão as 690 restantes inscritas nas escolas particulares? Não estão, positivamente. Sem podermos avançar em afirmações exactas quanto á população escolar do ensino particular primário, na cidade, atendendo á circunstância de não nos ser possível obter o censo da mesma na repartição respectiva, vemos contudo que esse número não irá além de 400 crianças, chegando consequentemente a este resultado:*

Matric. nas Escolas particulares	400
Matric. nas Escolas Centrais	327
Recebem o ensino	727
Não recebem o ensino	290

Só estas?...

Se considerar-mos, que mi-

(1) A refeição da Cantina Escolar, desde a sua instalação até Janeiro dêsste ano, constava dum prato de dia, sopa e pão de milho. Por nossa proposta foi determinado substituir esse prato de dia por uma sopa melhorada na quantidade e na qualidade.

Foi determinada esta medida pela imperiosa necessidade de tornar sóbrio e económico um beneficio que tem de sustentar-se e aproveitar a todos quantos dele precisam para ser profícuo e humano. Observando e vendo o que em instituições similares se faz por esse país fora, chegamos á conclusão de que a Cantina Escolar Vimaranense, para que se imponha á simpatia e ao coração de quantos amam a infancia das escolas, nada mais é necessário fazer que manter-se no papel de assistência que até hoje tem desenvolvido.

tas das crianças que frequentam o ensino oficial e particular primário cidadão pertencem a algumas freguesias limítrofes, como sejam S. Pedro, S. Miguel e Urgeses; se considerarmos que o censo escolar tem insuficiências, dada a maneira como em geral é feito este trabalho recenseador, não será ou-

Verdadeira legião que é urgentemente preciso guiar, canalizar para a escola, completando assim a carinhosa obra de assistência que a Câmara Municipal tam desvelada e patrioticamente protege.

Quais são as causas desta deplorável crise numa cidade onde a escola primária oficial está regularmente dotada de todos os requisitos modernos do ensino e da assistência?

- Precisemo-las:
a)—Negligência dos deveres dos pais para com os filhos;
b)—Preterição da escola pela oficina e pela fábrica;
c)—Miséria absoluta.

Quanto à primeira causa: Cumprir fazer aplicar o artigo 30.º da lei de 24 de Dezembro de 1901, o qual determina que os pais são obrigados, sob pena de um escudo de multa, a mandar os seus filhos à escola, compreendendo-se esta obrigação taxativamente dos 6 aos 12 anos de idade.

Quanto à segunda causa: Cumprir fazer inscrever no ensino nocturno os pequeninos obreiros da fábrica e da oficina, quando se demonstre que o seu magro salário já não pode ser dispensado sem sacrificio;

Quanto à terceira causa: Cumprir assegurar pelos recursos que este Conselho de Assistência dispõe, o fornecimento de fato, livro e refeição a quantos estejam no caso de carecerem extremamente desse auxilio e lho requisitem. Para a consecução deste desideratum, temos a honra de apresentar à consideração dos nossos illustres colegas a seguinte

Proposta

1.º Que sejam nomeadas três comissões, uma em cada freguesia da cidade, fazendo parte destas, respectivamente um membro do Conselho de Assistência Escolar, um professor primário e o presidente da Junta de Paróquia.

2.º Que estas comissões, guiadas pelo censo escolar da respectiva freguesia, percorram todas as habitações da sua área, apurando de visu quais as crianças que não frequentam a escola e quais os motivos porque o não fazem em registando esse resultado para se resolver de harmonia com o espirito desta proposta.

3.º Que as aludidas comissões possam agregar a si todas as pessoas que julgam de bom êxito para a sua jornada inves-

tigadora, bem como se façam acompanhar dum guarda policial, dando por todas as formas à sua missão um carácter de investidura oficial, para que os seus resultados sejam, tanto quanto possíveis, eficazes.

4.º

Que se proceda de igual modo com as freguesias de Pentieiros, Prazins, Serzedelo e S. Paio de Vizela, por serem estas escolas, segundo informação da inspecção primária, aquelas que menos frequência tem de todas as escolas primárias do concelho.

5.º

Que esta proposta entre imediatamente em execução para bem da instituição da Escola, da grandeza da Pátria e do futuro da República. Guimarães, 8 de Março de 1916.

A. L. de Carvalho.
Membro do Conselho de Assistência Escolar.

A santa harmonia... do "convento,"!

Trechos selectos

Não se trata de assoslar escândalos nem tampouco de lavar roupa suja. O que vamos reproduzir são elementos de prova—azedumes chocalhados e devassados na imprensa pelos nossos correligionários que pontificam no partido, e que o público com estranheza tem observado, a rir, é claro, lá por dentro. Registrando essas amostras da santa harmonia do "convento", apenas o fazemos pela necessidade de verdadeiramente justificar a resolução que o artigo editorial de hoje traz.

Ora pois:
Em manifesto público, Maio de 1915:

A "Velha Guarda" não morreu... No momento preciso da appareza. Isso que ali fica não é mais que uma patrulha que vem na frente...

Prometta-se então um novo jornal, como se a "Alvorada" não bastasse! Acaso lhes negamos aqui alguma vez a publicação dalgum artigo? E não lhes oferecemos nós a direcção da própria "Alvorada" como se pode ver dum officio que noutro lugar transcrevemos?

Na "Alvorada", 29-9-15:

A "Alvorada" no seu louvel intuito de procurar todos os ensijos, bons ou maus, para atacar a Câmara... como malevolamente a "Alvorada" pretende instaurar e, porque, segundo tenho visto ultimamente, a "Alvorada" se julga órgão do Partido Republicano Português...

Porque a "Alvorada" deu publicidade a uns artigos relativos ao contracto da luz eléctrica (artigos onde não havia uma palavra que agredisse ninguém, pois apenas nêles o seu autor tinha em vista salvaguardar os interesses municipaes) foi, por isso, acusada a "Alvorada" do modo injusto como se vê, chegando até a negar-se-lhe a sua legitima qualidade de ser órgão do Partido Republicano Português, como se para o ser lhe não bastasse o reconhecimento official do Directório!

No "Vimaranense", 4-12-915:

"E' paucel que a "Alvorada" não concorda; a "Alvorada" nunca concorda; se se tivesse feito o contracto, igualmente a "Alvorada" não concordava; felizmente que, para o caso, a opinião da "Alvorada" nenhuma importância tem..."

Escreveu-se isto da "Alvorada" só porque tivemos a ousança de discordar das medidas administrativas adoptadas por occasião da

greve do Pevidém, não tendo nós, aliás, classificado, como merecia, a arbitrariedade e o despotismo que para com os operários grévistas se usou—do que resultou ser morto um pela guarda e ilegalmente encerradas as suas associações.

Mariano da Rocha Felgueiras e Antonio Caires Pinto de Madureira
Podem a V. Ex.ª a subida linha de assinar o jornal VIMARANENSE.

Pelo teor da amostra foram, na mesma data, distribuidas algumas centenas de cartões de visita onde os Ex.ºs Srs. Presidente da Câmara e Administrador do Concelho recomendavam com solicitude a assinatura de outro jornal, fora do partido e fora da República,—o que era, sem dissimulação nem artificios, valha a verdade, mais aberta e a mais autêntica declaração de guerra à "Alvorada."

No "Vimaranense", 5-1-916.
Veja-se o fundamento da protecção official ao "Vimaranense", protecção que nunca, em cinco anos e meio, a "Alvorada" logrou inspirar-lhes:

... para se defenderem da "Alvorada" que tam sua amiga se lhes tem mostrado, desde tempos remotos e a propósito e despropósito de qualquer pretexto.

que maior obra de dispersão partidária não será o ataque sistemático, constante, da "Alvorada" aos actos de quem tem a responsabilidade da direcção local do seu partido?

E basta de trechos selectos. A "Alvorada", «desde tempos remotos», não fêz outra coisa, não escreveu outra coisa, não disse outra coisa, como a gratidão dêles escreve, que não fôsse... um «ataque sistemático, constante» aos actos políticos e administrativos dos seus correligionários. Logo, o que restava, o que resta à "Alvorada", visto que não quer mais que a acusem de promover uma «obra de dispersão partidária», é isto, única e simplesmente isto: oferecer a sua preciosa existência ao pótro da expiação, morrer, dar o último suspiro dos condenados rebeldes... acabou-se.

O sol continuará no seu giro, o partido democrático local, cioso de farta ceiva, espigará, crescerá, e nós... vamos para um convento, como a Ofélia do desditoso Hamlet.

Lá, então, recolhidos na cela, mergulhados em silencio, o remorso virá ter connosco e dir-nos há numa voz cava e profunda, numa voz de estarrecer as almas mais empedernidas:—«Ouve! ouve renegado maldito! Tu foste a serpe venenosa do Partido! Essa "Alvorada" vil, que tu, quasi só, fizeste durante cinco anos e meio, foi a clava que matou mais innocentes do que a durmidana exterminadora de Herodes!»

Só então nós compreenderemos, só então! porque é que em tempos remotos—mas não tam remotos que nos hajam esquecido—alguns fiéis correligionários nos puzeram rabos de palha com os amáveis e lisongeiros epitetos de «traidor», «talassa» e «jesuita»... Ai de nós; «pobrecitos» de nós!

Dr. Eduardo d'Almeida

Fêz há dias uma conferência no Ateneu Commercial do Porto este nosso amigo e distincto advogado, tendo a imprensa daquela cidade feito as mais lisongeiros referências ao seu primorossimo discurso. A concorrência que era numerosa e selecta, dispensou-lhe no final as mais queotas ovações, brindando-o a direcção da importante instituição portuense com um delicado objecto de arte. Parabens.

"DE PROFUNDIS,"

Um necrológio... de casa

A direcção deste semanário, contra as praxes e usos do rito jornalístico, não dirigiu aos seus colaboradores eventuais—pois que outros não teve!—convite para assistirem ao seu entéro, ao entéro da "Alvorada". Este, porém, é tam pobre, tam despoído de vaidades do mundo que de boamente troca o efeito scenico dos discursos de sepultura pela intenção generosissima do conceito amigo que porventura lhes pudesse merecer.

Sem que o dita "Alvorada" se fine a rir, como se diz que acontecera à Maria Rita, de celebrada memória, ela, contudo, sente se disposta a dispensar por sua banda os compingimentos dos gatos pingados, bem assim o dobre a finados das carpideiras. Simples, tendo virido de bem com o diabo, honesta quer morrer de bem com Deus. Antes, porém, de dar o corpo à terra, ao esquecimento—se lhe não negam os seus inimigos impenitentes!—vai permitir se a vaidade de escrever o seu próprio necrológio em breves e singelas palavras, diga embora Castilho que impolida coisa é falar a gente de si mesmo.

Era duma vez... um jornal chamado "Alvorada". Tomando a peilo, nesta hora de franqueza máxima, assegurar a sua linhagem republicana aos pósteros correligionários, dirá que teve a sua primeira publicidade em 1907, tendo à data aquela duração que se diz tiveram as tais rosas de Malherbe—sem que com isso perdessem nada os assinantes, visto nada lhes haver custado os números dados à luz nessa marecaginoso do franquismo. Sacudidos deste modo os pergaminhos da histórica origem da "Alvorada", a talhe vem dizer que a mesma voltou a raiar nos primórdios do advento da República—sem que por tais titulos o seu director corresse na primeira onda dos pretendentes a históricos. Desde então até hoje o que tem sido a "Alvorada"?

Propagandou e fêz na imprensa local o bom combate da República e daquele partido politico que considera o melhor—o Partido Republicano Português.

Defendeu com acérrimo entusiasmo, com apaixonado ardor, todas as questões de ritual interesse para as classes operárias, isto sem querer saber se estas davam ou não contingente às fileiras do seu partido.

Apostolizou a tolerância religiosa; defendeu os simples de coração; respeitou os humildes de entendimento; amou os justos.

Azorragou os modernos vendilhões do templo; os escribas da lei de Deus; os fariseus da Fé.

Varreu o cisco das superstições grosseiras; amesquinhou os convencionalismos banais da sociedade; riu dos nulos; pontapeou os cobardes; desmascarou os hipócritas; acicatou os peralvilhos; ridicularizou as cécias.

Pôs a calva à amostra dos delapidadores dos bancos; das irmandades; das associações; das sociedades do «ólho vivo».

Precouizou a vantagem da assistência à infancia escolar pobre, promovendo em seu beneficio um sarau.

Fêz distribuir os seguintes manifestos: convidando os operários a abandonar a taberna; aconselhando os municipes a protestar em público contra um pretensu agravamento de posturas; doutrinando a mulher a considerar um templo de Deus o santuário da família; agitando o povo de Guimarães contra as arremetidas dum adrogado no julgamento de A. V.

Pulverizou sem piedade a inépcia estulta, o retratamento criminoso, a falsa orientação dos diri-

gentes da Sociedade Martins Sarmiento.

Com Capitão Luis de Pina fêz história da arte antiga; com Alfredo Guimarães fêz literatura regional; com Mário Cardoso fêz arte moderna; com Serafim Rodrigues escalpelizou os vícios e as farças; com Dr. Eduardo de Almeida fêz filosofia; com Maria M. de Barros fêz instrução—embora todos de colaboração muito eventual.

Ofereceu uma secção «Para todos...» onde promoveu campanhas saneantes, e deu alvires, e permitiu desafrontas, e facilitou reclamações, e peticionou justiça.

Preparou uma vassourada à primeira policia. Propugnou por algumas sindicâncias e alguns inqúritos, depôs em todas e em todos, vendo embora que tudo liquidara... em susto.

Glorificou como liberaes avançados os egrégios sábios vimaranenses Francisco Martins Sarmiento (arqueologo) e Gil Vicente (comediografo).

Consagrou-se, finalmente, com o mais vivo, o mais sentido, o mais ardoroso carinho á defesa dos progressos da terra querida de Guimarães—fazendo a campanha na defesa da sua integridade concelhia, prestigiando a sua industria e o seu comércio; patrocinando as suas instituições de caridade e de beneficência; pugnano pelo seu aformoseamento e pela veneração dos seus monumentos; incitando o seu patriotismo, as suas festas, os seus impulsos de vitalidade bairrista, a sua glória, enfim, tal como o faria um bom, um dilecto filho que nela fôsse embalado e no seu seio guardasse os maiores afectos, as mais enternecidas recordações da sua vida.

Tal foi a obra da "Alvorada", deste jornal que acaba hoje—obra pela qual soffreu despeitos, malquerenças, injurias, pedradas, ameaças, amuos, o diabo!, sem faltar uma querela, pela qual terá o seu director de ser julgado como reu e, quem sabe?, talvez de ir parar com os ossos á cadeta, visto que o saldo não chega, sequer, para o pagamento presumível das custas e selos do processo...

Serafim Rodrigues

Este nosso amigo, habil e honesto solicitador nesta comarca, fêz há dias em Lisboa as suas provas nos concursos para escrivão de direito e contador. Foi um dos concorrentes que mais brilhantes provas apresentou no seu exame, conferindo-lhe por isso o jurá a classificação de dois M. B. e três B. Nós, que conhecemos Serafim Rodrigues, não estranhámos a honrosa distincção que lhe dispensaram, pois admiramos nelle qualidades muito apreciaveis de moço trabalhador e estudioso. Parabens.

EXPEDIENTE

O presente numero sai com atrazo de duas semanas por conveniência dos serviços da administração deste semanário. Escrito quasi todo antes da declaração da guerra, nêles se fazem apreciações de caracter partidário que, podendo acaso parecer brigarem com o sentimento de unidade e de concórdia que tam necessário é manter entre todos, só por isso, seria motivo sufficiente, para as não escrevermos hoje, embora os termos em que o fizemos sejam serenos e em tom amistoso.

A Alvorada agradece aos seus assinantes o auxilio que lhe deram. Pede também aos que ainda não pagaram os seus recibos, para o fazerem.

Basta que copiem por nós—que nada ficamos devendo.



Casa Penhorista Vimaranesense

Fundada em 1880

Propriedade de PEIXOTO & ROCHA

Legalmente habilitados

Operações sobre valores de ouro, prata, platina, pedras preciosas e papeis de crédito

Rua da República, 144—GUIMARÃES

OS JESUITAS (1)

O seu catecismo

A *Mónita Secreta* é o catecismo secreto dos Jesuitas, que, interessados nisso, tem negado o texto respectivo.

Este documento foi colleccionado sobre o manuscrito latino proveniente da successão do padre Brothier, último bibliotecário dos jesuitas de Paris antes da revolução, e está conforme a edição de Paderborn de 1661, assim como ao manuscrito autêntico que se encontra nos arquivos do reino da Bélgica, no palácio da justiça de Bruxelas, sob o seguinte título:

Secreta mónita ou adris secrets de la Société de Jésus (2).

Eis a história deste manuscrito, ao qual falta uma folha, e que está catalogado sob o número 730.

Por ocasião da expulsão dos jesuitas, em 1773, esta ordem possuía nos Países Baixos, entre diversas propriedades importantes, um colégio em Ruremonde, provincia do Limburgo holandês. O governo nomeou uma comissão para tratar da liquidação dos bens da Companhia, e o conselheiro Zuytgens foi enviado especialmente a Ruremonde, a fim de proceder ao inventário.

Sendo, porém, suspeito de pretender, por complacência para com os padres, esconder certos livros, recebeu da Comissão or-

dem expressa para remeter imediatamente e sem excepção todos e quaisquer papeis. Entre elles foi encontrado o manuscrito da *Mónita Secreta*.

A prova de tudo isto acha-se nos arquivos de Bruxelas, no *Protocolo das deliberações do comité estabelecido para tratar dos negócios resultantes da supressão da Sociedade dos Jesuitas, nos Países Baixos*.

A *Mónita Secreta* divide-se em capítulos, dos quais vamos, em resumo, dar as principais instruções:

CAPITULO PRIMEIRO

Para captarem as simpatias dos habitantes da povoação em que pretendem estabelecer-se (os jesuitas) torna-se necessário praticar actos da maior humildade, visitando os pobres, os aflitos, os presos, fazendo-se amar pela pratica de acções caritativas, dando esmolas aos pobres; não adquirir terreno senão a título de empréstimo e extorquir as viúvas ricas as maiores somas, fazendo-lhes ver a sua extrema necessidade.

CAPITULO SEGUNDO

Travar relações com as pessoas principais da povoação e animá-las, mesmo nas suas acções odiosas, para depois se fazerem seus protectores e aliados; captar as graças dos príncipes e dos seus criados, oferecendo a estes pequenas dvidas para conhecerem as inclinações dos amos; descobrir os pensamentos mais secretos das famílias por meio das criadas de quarto.

CAPITULO TERCEIRO

Procurar a protecção dos poderosos, empregando-a contra os inimigos da Companhia e servir-se, em segredo ou tacitamente, dos nomes dos grandes na aquisição de bens temporais.

CAPITULO QUARTO

Não se intrometer nos negócios públicos, metendo porém neles amigos dedicados e poderosos; pesquisar e publicar com prudência as faltas dos outros religiosos, fazendo opposição áqueles que pretendam fundar escolas para instruir a juventude.

CAPITULO QUINTO

Evitar a instalação das escolas estranhas á Companhia, a quem deve ser

exclusivamente confiada a mocidade, fazendo-se crer aos príncipes e aos magistrados, que só o seu ensino evitará a perturbação dos estados.

CAPITULO SEXTO

Escolher, para visitar as viúvas, padres de uma compleição viva e de conversação agradável; afastar as viúvas da vida mundana, modificando prudentemente a direcção da sua casa, fazendo com que pouco a pouco se vão despedindo os seus criados para serem substituídos por outros dedicados á Companhia; aconselhá-las a que se vão confessar amudadas vezes para trem conhecendo o seu modo de pensar; defender as vantagens do estado de viuvez e mostrar os inconvenientes do casamento, propondo-lhes pretendentes que saibem que as viúvas odeiam, calunhando áqueles que lhes pretendem agradar e impellido o convívio com os homens.

CAPITULO SÉTIMO

Habituar as viúvas a darem todas as semanas uma esmola para Jesus Cristo, para a Virgem Santa, para outro qualquer santo ou igreja, até que sejam inteiramente despojadas das primicias e despojos do Egyppto, deixando-as entrar no jardim e no colégio, contanto que isso se faça secretamente, permitindo-lhes que se recreiem em segredo com áqueles que mais lhe agradarem.

Se fizerem voto de castidade, que o renovem duas vezes por ano, segundo o nosso hábito, concedendo-lhes nesses dias um recreio honesto com os nossos; tratá-las com meiguice nas confissões e fazer com que elas deixem de visitar as outras igrejas e governar-lhes a casa em segredo. Os confessores deverão guiá-las de forma que paguem ordinariamente peccões e tributos annuaes ás casas prefezas, para que prodigam, especialmente á casa professa de Roma, saldando-lhe as dvidas.

CAPITULO OITAVO

Aconselhar as mães a que recusem aos filhos vestidos luxuosos, mostrando-lhes as difficuldades do casamento e os encantos do celibato, conduzindo-as por forma que façam aborrecer as filhas de viverem com as mães e pensem em se fazerem religiosas, praticando o mesmo com respeito aos filhos.

CAPITULO NONO

Os confessores dos poderosos, dos reis, das viúvas, não devem deixar escapar occasião alguma de adquirirem bens temporais e recebê-los logo que lhes sejam oferecidos; indagarão dos penitentes o seu nome, a sua família, os seus parentes, os seus amigos e a sua fortuna; informar-se-hão das suas successões, do seu estado, das suas in-

tenções e resoluções; torná-los-hão favoráveis á Companhia, fazendo o mesmo com os burguezes ricos e casados sem filhos, dos quais pode vir a ser herdeira. Quando um confessor encontrar uma penitente de fortuna avisará logo o reitor e procurará por todos os meios captar-lhe as simpatias. Quando um individuo tiver um filho único, deve inspirar-se a este toda a sorte de recios de seus pais, mostrando-lhe quanto seria agradável a Deus o sacrificio de abandonar o lar doméstico, ás ocultas dos pais. Conseguindo isto, enviá-lo-hão para um noviciado muito afastado, prevenindo o Geral. Induzir as viúvas e outras personagens importantes a dar toda a sua fortuna á Companhia, reservando-se unicamente o usufruto.

Ter médicos dedicados junto dos enfermos para que sejam chamados nos últimos momentos.

Dizer ás mulheres casadas que lastimam a vida desregrada de seus maridos, que podem ceder em segredo algumas somas para expiar os peccados de seus maridos e obter do seu o seu perdão.

CAPITULO DÉCIMO

Despedir da Companhia qual quer individuo que mostre mais afeição á sua família do que á Companhia, despediu igualmente todos os outros que mostrarem escrupulo em adquirir bens para ella.

CAPITULO DÉCIMO PRIMEIRO

Alecnar daqueles que são despedidos a promessa escrita ou por meio de juramento que jámais dirão ou escreverão coisa que prejudique a Companhia; escrever a todos os colegas, maldizendo os que tiverem de ser despedidos, «exagerando os motivos do seu afastamento»; espionar e tornar publico tudo o que apurarem contra elles. Se, porém, não praticarem actos dignos de repreensão, deverão atenuar por meio de discursos tudo o que poderem fazer digno de louvor.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

Conservar na Companhia os confessores dos grandes e todos áqueles que conheçam segredos, assim como os velhos que servirão para contar aos superiores as faltas que notarem entre os outros, afim de se evitar a má reputação da Companhia. Igualmente serão

conservados os homens ricos até ao momento em que se resolvam a fazer doação de toda a sua fortuna á Companhia, que não lhes deve recusar coisa alguma, mas logo que a doação seja um facto, começarão a mortificá-los como aos outros.

CAPITULO DÉCIMO TERCEIRO

Escolher os mancebos espirituosos, elegantes, nobres e ricos, rodeá-los de uma particular afeição, mostrando-lhes quanto a Deus é agradável que lhe consagrem a sua vida com tudo que possuem, ao mesmo tempo que lhes vão oferecendo algumas dádivas e, se não obedecem ao chamamento divino, então amedrontá-los com as penas eternas.

Adverti-los de que não devem participar a sua vocação a nenhum dos seus amigos, nem a seus próprios pais, enquanto não derem entrada na Companhia; separar os filhos de suas famílias, mandando-os para universidades longinquas.

CAPITULO DÉCIMO QUARTO

Afastar da Companhia todo áquêle que alguma vez tenha praticado algum mal acto contra ella, contra a sua honra ou proveito próprio. Se um confessor souber, por pessoas estranhas que se cometeram atos vergonhosos com alguma pessoa da Companhia, não deve absolvê-las sem que primeiro digam o nome daquêle com quem pecaram e, dizendo-o, fazê-las jurar que nunca o dirão a ninguém, senão que a Companhia lho consinta. Se dois jesuitas tiverem peccado, por obras, contra a castidade, áquêle que o declarar primeiramente será conservado na Companhia, sendo o outro expulso. Maltratar todo áquêle que se tenha em vista expulsar, collocando-o sob as vistas de superiores severos, que o afastem de funções honrosas até que comece a murmurar; caluniá-lo, censurá-lo, dar-lhe rudes castigos, humilhá-lo em publico, apresentando-o como um individuo pernicioso á Companhia.

CAPITULO DÉCIMO QUINTO

Procurar as confissões das religiosas, pois que as abadesses ricas e nobres, podem servir de grande auxilio á Companhia, tanto por si como por seus amigos e parentes.

A MAIS ECONÓMICA,
A MAIS MODERNA
A QUE REUNE
TODOS OS



APERFEIÇOAMENTOS,
A MAIS SOLIDA

1 Watt por vela
5 a 100 velas
110 volts

1 Watt por vela
10 a 100 velas
220 volts

1 1/2 Watt por vela
110 e 220 volts
10 a 6.000 velas

Peçam em toda a parte a lâmpada
"SERENA,"



ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura		Preço das publicações	
Ano	1\$200 rs.	Anuncios e comunicados, por linha	40 "
Semestre	600 "	Repetição, por linha	20 "
Brazil, ano (moeda forte)	2\$500 "	Permanentes, contracto convencional.	
Número avulso	30 "	Anuncios, não judiciais, para os srs. assinantes 25 % de abatimento.	

ALVORADA

Ao Cidadão

(1) Estudo escrito por A. Andrei, em seguida á revolução de 1870 e numa occasião em que os Jesuitas mais trabalhavam para fazer da França o seu *Albargue*.

(2) Nota do tradutor: «O dr. Melo de Moraes, afirma na sua *Corografia Histórica do Império do Brasil*, que na biblioteca do Rio de Janeiro existe um autógrafo da *Mónita Secreta*, que o padre Frei Caminho do Monte diz ter sido encontrado no colégio dos padres da Companhia, em Lisboa, no ano de 1759.»